

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA
35ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – RBA**

**I PRÊMIO “BERTA RIBEIRO” – 2026
CATEGORIA ‘TRAJETÓRIAS’**

DOSSIÊ BIOGRÁFICO

TXAI TERRI: 50 ANOS DE ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO

*Elaborado por Tarik Argentim em conjunto com Txai Terri e com colaboração de
Málika Simis e Henyo Barretto Fº*

RESUMO: Inserido em um paradigma de fazer antropológico múltiplo, autônomo, transversal e publicamente implicado, esse breve dossiê biográfico intitulado *Txai Terri: 50 anos de antropologia e indigenismo* objetiva valorizar a prática profissional do antropólogo e indigenista brasileiro Terri Valle de Aquino – eticamente comprometida com os direitos coletivos e com o reconhecimento dos saberes e das autorias dos sujeitos envolvidos. Logo, o presente trabalho pretende apresentar uma descrição resumida de seu percurso, valorizando a produção antropológica desenvolvida para além dos espaços acadêmicos estritos. Como justificativa para concorrer ao Prêmio “Berta Ribeiro”, foram indicados os principais campos de atuação e contribuições antropológicas do candidato. Ao reafirmar a importância da chamada Antropologia praticante, busca-se reconhecer o rigor científico, a responsabilidade pública e a dimensão ética do trabalho antropológico realizado por Txai Terri em órgãos do Estado, organizações da sociedade civil, consultorias, espaços culturais e outros contextos profissionais nos quais o seu fazer antropológico e indigenista se exerce em interlocução direta com sujeitos coletivos e demandas sociais concretas. Assim, espera-se que o dossiê especifique: (i) a originalidade do produto apresentado; (ii) sua aderência à proposta de resgate de biografias e de temas relacionados à atuação de profissionais da Antropologia para além do âmbito estritamente acadêmico; (iii) a explicitação e a consistência dos fundamentos éticos que orientam a prática antropológica; (iv) contribuição social e pública; e (v) impacto institucional ou político.

Nascido em 1946, em Jaguaribe, no interior do Ceará, o antropólogo e indigenista Terri Valle de Aquino possui uma trajetória profundamente entrelaçada por dinâmicas sociais e territoriais que moldaram a economia e a cultura do Brasil moderno. Sua história pessoal carrega a herança de uma família amazônica, formada por migrantes nordestinos que, ao longo de diferentes períodos, se estabeleceram na região Norte: os antepassados maternos buscaram refúgio na Amazônia em virtude das secas que assolaram o sertão nordestino nos anos de 1870; já seu pai migrou para o Acre na época da Segunda Guerra Mundial, integrando-se como força de trabalho no emblemático fluxo dos soldados da borracha. Criado em Rio Branco por seu avô paraense, “um velho homem do século XIX” que trabalhava como oficial de justiça com atuação ativa na emissão de documentação civil no então Território Federal e, mais ainda, no recém criado Estado do Acre – no início dos anos 60 e ao longo das décadas –, cresceu imerso nesse ambiente de “levar cidadania ao povo”, o que influenciou Terri na formação de um profundo senso ético e de uma apurada percepção da realidade amazônica e dos desafios enfrentados por sua gente e seus povos, nos seringais, nas colônias agrícolas, nos assentamentos e nas periferias urbanas.

Estudou no tradicional Colégio Acreano e, por iniciativa de seu avô, transferiu-se, em 1963, ao Rio de Janeiro, com bolsa concedida pelo primeiro governador eleito do Acre, para concluir o ensino médio em colégios jesuítas, como Anchieta e Santo Inácio, na região serrana e na capital. Esse período foi fundamental para sua formação humanista, proporcionando contato com valores como justiça social, solidariedade, reflexão crítica e perseverança. Ingressou no curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1967, onde conviveu com amigos generosos que posteriormente se tornariam referências da antropologia brasileira, como Alfredo Wagner Berno de Almeida e João Pacheco de Oliveira – com os quais trabalhou em pesquisas de campo iniciais na Baixada Maranhense (sobre religiosidade popular) e no Alto Solimões (primeiros levantamentos demográficos e socioeconômicos do povo indígena Tikuna).

Pertencente à geração de 1968, participou ativamente do movimento estudantil em um período marcado pelo endurecimento da ditadura militar após o AI-5. Aprovado em 1973 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), precisou interromper os estudos por razões financeiras, retomando sua formação, no ano seguinte, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB), com bolsa de estudos da Fundação Ford, mediada pelo Professor Roberto Cardozo de Oliveira. Sob orientação do Professor Júlio Cezar Mellati, iniciou sua relação profunda com a temática indígena, especialmente no Acre, onde, por sua indicação, realizou as primeiras pesquisas para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), então Fundação Nacional do Índio, sobre os povos indígenas da bacia dos rios Envira, Tarauacá, Jordão, Muru e Humaitá – em uma época que se dizia oficialmente que não havia mais indígenas na região.

Em 1976, realiza seu primeiro trabalho de campo junto aos Kaxinawá/Huni Kuin do Jordão, com bolsa de pesquisa da Universidade Federal do Acre (UFAC), e, no ano seguinte, integra o grupo de trabalho da Funai para identificação e delimitação das terras indígenas Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Rio Humaitá, ambas no extremo oeste da Amazônia ocidental, na fronteira com o Peru. No alto rio Jordão conhece Sueiro Sales Cerqueira, liderança histórica do povo indígena Kaxinawá/Huni Kuin, com quem muito trabalhou e aprendeu sobre cultura, sociedade, história, economia e uso do território.

Sua dissertação de mestrado, *Kaxinawá do Rio Jordão: de seringueiro caboclo a peão acreano* (1977), analisa os impactos da brutalidade da frente de expansão extrativista e a resistência étnica empregada pelos Kaxinawá/Huni Kuin durante os períodos em que denominou de “tempo das malocas” (antes do contato com a sociedade não indígena), “tempo das correrias” (expedições armadas de seringalistas para expulsar ou escravizar indígenas,

impondo esbulho, expropriação e limpeza étnica) e “tempo do cativo” (sistema de aviação da borracha nos seringais, submetendo os indígenas à servidão na floresta).

O ano de 1978 representa uma transformação espiritual na sua vida: tem uma experiência marcante com a bebida ritualística ayahuasca, na cabeceira do Rio Breu, com um pajé Kaxinawá/Huni Kuin, em um ritual de cura e de dieta indígena. Nesta oportunidade, recebe uma “miração” que desaguou na concepção do *txaismo* acreano, no ingresso na Funai e na criação da Comissão Pró-Índigenas do Acre – CPI-AC, em parceria com o sertanista e indigenista Antônio Batista de Macedo, o Txai Macedo, e a educadora Nietta Lindenberg Monte. A CPI/Acre foi uma das primeiras organizações indigenistas da Amazônia, criada ainda no regime militar, que segue atuante e completará em breve 50 anos.

Perseguido institucionalmente e demitido em 1980 pelos coronéis que comandavam a Funai, Terri manteve sua atuação na CPI/Acre, tendo organizado assembleias indígenas – que foram a semente do nascente Movimento Indígena do Acre - e fomentando a implementação de cooperativas e de escolas indígenas nas aldeias com o intuito de substituir o esquema de aviação vigente nos seringais. Também promoveu cursos e oficinas voltadas à formação indígena em educação intercultural, saúde e gestão territorial, sempre em estreito diálogo e a partir das demandas dos próprios povos.

Um de seus principais legados profissionais e contribuição para o exercício de uma antropologia praticante é o conceito de *txaismo*, inspirado na palavra “*txai*”, em referência à expressão utilizada pelos Kaxinawá/Huni Kuin para designar uma pessoa próxima, mais que um amigo, um parente por afinidade. O *txaismo* propõe uma prática indigenista baseada na horizontalidade, na reciprocidade e no reconhecimento da autonomia e do protagonismo indígena, apontando para a construção de relacionamento respeitoso e diplomático que rompesse com o modelo tutelar predominante. Trata-se de uma dimensão ética do trabalho antropológico relativo à autodeterminação dos povos indígenas que antecipa princípios posteriormente incorporados à Constituição de 1988 e às políticas públicas indigenistas. Sua atuação foi decisiva para iniciativas inovadoras voltadas à gestão territorial indígena, à reorganização produtiva nas aldeias e às autodemarcações enquanto estratégia para garantir a regularização fundiária de suas terras sem intermediários ou tutores. Também contribuiu para mudanças institucionais, reduzindo relações assimétricas e influenciando a própria Funai a reconhecer e respeitar o “governo das aldeias”.

Em meados de 1980, criou a Coordenação de Indigenismo da Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM/AC) – tendo sido seu primeiro coordenador nomeado pelo estado –, onde pode desenvolver o *txaismo* de forma institucional. Entre 1988 e 1992, obteve bolsa de pesquisador da Ashoka para atuar no projeto da Aliança dos Povos da Floresta, articulando indígenas e seringueiros em torno de interesses comuns. Sua influência ultrapassou o campo indigenista e alcançou o movimento social amazônico como um todo, inspirando mutuamente lideranças como Ailton Krenak e Chico Mendes. Essa iniciativa histórica resultou, entre outros desdobramentos, na concepção de importantes organizações indígenas regionais e na criação das primeiras reservas extrativistas do Brasil, consolidando um modelo inovador de conservação da natureza associado à justiça social.

Nos anos 1990, ampliou sua atuação como pesquisador e consultor autônomo, trabalhando em parceria com instituições reconhecidas nacional e internacionalmente, como o Instituto Socioambiental (antigo CEDI), a Universidade de Oxford e a cooperação alemã (GIZ). Sua participação na Eco-92 no Rio de Janeiro trouxe oportunidades de financiamento junto a países europeus para elaboração de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas em conjunto com a Funai e a CPI-AC. No escopo desses trabalhos, foi readmitido na Funai para coordenar os estudos, entre 1993 e 1996, de 05 (cinco) terras indígenas, a saber: Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá Seringal Independência e Kulina do Médio Juruá. Desenvolveu nessa época uma parceria

frutífera com o antropólogo e Marcelo Piedrafita Iglesias, tendo publicado em coautoria o livro *Kaxinawá do Rio Jordão: História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado* (1993). Nos anos seguintes, atuou em funções técnicas e estratégicas na Funai, e em outros órgãos, incluindo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), onde participou de grupos de trabalho para a criação de reservas extrativistas.

Entre 2004 e 2012, no “governo da florestania”, junto com o também antropólogo e indigenista Marcelo Piedrafita Iglesias, teve atuação na Secretaria de Meio Ambiente do Acre e na Assessoria Indígena do Governo do Estado, onde coordenaram o Zoneamento Ecológico-Econômico das Terras Indígenas do Acre e lideraram a elaboração de etnozoneamentos, etnomapeamentos e planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. A experiência do Governo do Acre foi inspirada na metodologia desenvolvida pela CPI-AC na elaboração de instrumentos de gestão e tornaram-se referências nacionais, contribuindo diretamente para a formulação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), integrando planejamento territorial, meio ambiente, governança, conflitos, ameaças, produção e relação com entorno, entre outros.

Retornou à Funai na década de 2010 para atuar na temática de povos indígenas isolados e de recente contato em conjunto com o experiente sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, resultando em relatórios técnicos e na produção de importantes registros audiovisuais, como os documentários *Paralelo 10* e *Floresta Também é Gente*. Em 2012, lança pela Editora da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) o livro *Papo de Índio*, que reúne as colunas de sua autoria publicadas no jornal *A Gazeta* de Rio Branco, entre 1987 e 2011, focadas nos direitos indígenas e dos povos da floresta no Acre, destacando a voz de lideranças indígenas e de seringueiros. Esse trabalho de divulgação na imprensa local lhe rendeu o Prêmio “Chico Mendes de Florestania”. Aposentou-se em 2015, após atuação na Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira (FPE/FUNAI).

Um dos resultados mais importantes de sua atuação antropológica e indigenista foi a participação direta e o incentivo ao reconhecimento pelo Estado brasileiro de 38 terras indígenas no Acre, totalizando uma área de cerca de três milhões de hectares de floresta que correspondem a cerca de vinte por cento do estado.

Ultimamente, tem buscado se dedicar ao registro de suas memórias, as quais consolidam um legado que une ciência, militância, espiritualidade e transformação social. Foi agraciado recentemente com o prêmio “Mestres do Patrimônio Cultural”, da Fundação Garibaldi Brasil (FGB), órgão municipal de cultura de Rio Branco (AC). Espera em breve lançar o documentário *Expedição Txai*, do cineasta Tiago Melo. A obra articula imagens que retratam a viagem de Milton Nascimento à região do Alto Juruá, em 1989, com filmagens realizadas em 2025 nas mesmas terras indígenas e reservas extrativistas anteriormente percorridas e que deram origem ao álbum *Txai*. Nesse intervalo de 25 anos em que Txai Terri integrou ambas comitivas, juntamente com Txai Macedo e a também indigenista acreana, Vera Olinda Sena de Paiva, seguiu inventivo e sonhador.

Ao longo de mais de cinco décadas, Txai Terri transitou entre a academia, o serviço público, o terceiro setor e a atuação independente, sempre com coerência e compromisso com os direitos dos povos indígenas. Publicou livros, artigos e inúmeros relatórios técnicos, deixando um impacto institucional e político e uma contribuição social e pública para a antropologia praticante e para o indigenismo brasileiro, em interlocução direta com sujeitos coletivos e demandas sociais concretas.